

Rosemberg Ferracini

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo,
Membro do Laboratório de Ciências Humanas - FE/USP,
Professor Substituto de Geografia da UNESP, Campus Experimental de Ourinhos
rosemberggeo@yahoo.com.br

Dialogando geografia acadêmica e escolar: O caso do continente africano¹

Resumo

Partimos da indagação feita por Castellar (2010, p. 12-20) – “quanto tempo uma categoria ou conceito desenvolvido na Universidade delonga para ser debatido no ambiente escolar?” – para desenvolvermos nossa reflexão a respeito da transposição didática do tema África na Geografia. Embasados na Lei 10.639, de 2003, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), indagamos a presença e a ausência dos conteúdos relativos ao continente africano nos campos escolar e acadêmico. Demonstramos que, anteriormente à lei, a produção bibliográfica em Geografia a respeito desse continente era incipiente e que, depois de sua vigência, ocorreu uma mudança significativa, alcançando novas discussões, como, por exemplo, o universo do tema da população afro-brasileira. Exemplos dessa temática são algumas publicações de diversos especialistas brasileiros e estrangeiros e a organização dos movimentos sociais para efetivação e mudança de conceitos a respeito da temática brasileira e do continente africano.

Palavras-chave: Geografia escolar, ensino e África.

Résumé

UN DIALOGUE DE LA GÉOGRAPHIE ACADÉMIQUE ET ECOLIÈRE: LE CAS DU CONTINENT AFRICAÏN

“Combien de temps faut-il pour qu’un concept ou une catégorie développée dans une université soit débattue en milieu scolaire?” C’est la question posée par Castellar (2010, p.12-20). Celle-ci nous sert de base pour élaborer notre réflexion à propos de l’enseignement de la Géographie de l’Afrique dans les écoles primaires du Brésil. Notre réflexion est fondée sur la loi 10.639, créée en 2003 par le Ministère de l’Éducation et de la Culture. Il s’agit d’une loi obligeant les écoles à

enseigner la Géographie de l'Afrique. Nous avons donc cherché à savoir ce qu'il en est aujourd'hui. Nous avons donc découvert qu'avant cette loi, la production littéraire sur la Géographie de l'Afrique avait déjà commencé. Cependant, après la promulgation de cette loi, il y a eu un changement significatif qui a engendré de nouvelles discussions comme celle concernant l'univers des populations afro-brésiliennes (les descendants des africains). Cette thématique s'illustre par quelques publications de divers spécialistes brésiliens et étrangers. Notons aussi la mobilisation des mouvements sociaux qui réclament l'application effective de cette loi, ainsi que des changements de concept à propos de cette thématique brésilienne et du continent africain.

Mots-clés: La géographie scolaire, l'enseignement, l'Afrique au Brésil.

1. Legitimando a África no conhecimento acadêmico e escolar

Partindo da pergunta feita por Castellar (2010, p. 12-20) – “quanto tempo uma categoria ou conceito desenvolvido na Universidade delonga para ser debatido no ambiente escolar? E vice-versa?” –, desenvolveremos nossa reflexão neste artigo².

Em 2003, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação³ (MEC/SEPPPIR), sancionou, em 9 de janeiro, a Lei 10.639, concretizando-se em documento em 17 de junho de 2004. A lei, com o nome “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, tornou obrigatório o conteúdo da História dos afro-brasileiros e da África⁴ em escolas do ensino fundamental e médio. É preciso registrar que a Lei de 2003 é fruto, principalmente, do movimento negro organizado no Brasil. Nesse contexto, foram inúmeras as exigências feitas pelo movimento, passando pela negação das teorias evolucionistas do médico Raimundo Nina Rodrigues, que colocava o africano como objeto, também retomando a Convenção Nacional do Negro, que aconteceu no Rio de Janeiro nos anos de 1946, e as ações dos intelectuais negros na Constituinte de 1948, como a Conferência de Bandung em 1955, que ocorreu na Indonésia e exigiu o fim do colonialismo dos países europeus, e ainda com a organização do Teatro Experimental Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento e Solano Trindade, entre outros nomes e entidades que lutaram para que os estudos africanos fossem prioritários no território brasileiro.

2. Da Geografia acadêmica à Geografia escolar

Na Geografia acadêmica brasileira, tivemos algumas obras que trataram do continente africano. Citamos aqui algumas delas, a primeira é o livro do professor Delgado de Carvalho, intitulado *África* (1963); posteriormente, entre outras, temos a obra de Manoel Correia de Andrade, *O Brasil e a África* (1989), que registra o debate a respeito da conquista da África pelos países europeus no século XV, a divisão política do continente, a partilha no período colonial, as descolonizações, o processo de independências até os traços de ligações econômicas, político-ideológicas via Itamarati e demais relações exteriores. Sua importância está em abrir a possibilidade de como podemos analisar geograficamente as relações estabelecidas entre o Brasil e o continente africano. A terceira contribuição é a de Rafael Sanzio dos Anjos (1989, p. 16), que publicou um trabalho sobre a estrutura temática do espaço geográfico com os seguintes tópicos: “o quadro ambiental do passado, a pré-História (...) o quadro ambiental recente e a História que antecede ‘os grandes descobrimentos’ (...) o tráfico negreiro e a colonização (...) o imperialismo e a descolonização (...) a África contemporânea”. Anjos (1989) considera o continente africano uma unidade histórica e geográfica, e através de sua leitura entendemos que o autor questiona as concepções construídas a respeito da África. O nosso objetivo em trazer esses três autores de períodos históricos e políticos diferenciados, é mostrar a carência da Geografia acadêmica por não aprofundar um debate sobre a formação do território brasileiro sob essa perspectiva, que passa pelo ensino e pela formação do professor⁵.

Nesse sentido, a proposta da lei traz mudanças em todo território brasileiro, refletindo na apresentação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (MEC/SEPPPIR, 2004, p. 8): “a Lei 10.639/03 institui obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio”, tendo como objetivo ampliar e fortalecer as bases teóricas para a educação brasileira, como resgatar a contribuição, o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros na História do Brasil. Percebe-se que a lei federal é fruto de uma série de movimentações políticas e sociais, nas quais se incluem o movimento negro organizado, pesquisadores e

professores de Universidades e escolas, intelectuais e demais segmentos sociais conhecedores do tema. Porém, o documento não aprofunda ou polemiza a importância da África na Geografia escolar do livro didático. Entretanto, cabe a nós discutir a importância dessa temática para o ensino de Geografia no campo acadêmico e escolar. De acordo com o primeiro parágrafo do artigo 26-A, da referida lei:

§ 1º O conteúdo programático (...) incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (MEC/SEPPPIR, 2004, p. 35).

De forma sucinta e objetiva, o artigo 26-A discorre sobre as diretrizes educativas. São temas de grande importância no tocante às questões do ensino na sociedade brasileira. É importante ressaltar que a Lei 10.639/03 torna pública a obrigatoriedade do ensino de História africana nas escolas públicas brasileiras, uma vez que esta já estava publicada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 na disciplina de História. Como já ressaltado por Oliva (2007), esse documento não apresenta grandes avanços no que se refere ao tema do continente africano, do ensino da disciplina História da África. Segundo Oliva (2007, p. 211),

(...) parece-nos que as indicações de assuntos se caracterizam pela tendência de deixar escapar o foco do continente africano (...) devemos reconhecer que essas indicações representam um importante avanço para uma adequada abordagem escolar.

Considerando que o nosso recorte é a Geografia, salientamos alguns temas que podemos trabalhar para essa disciplina, tais como a partilha, a independência, a descolonização, a formação de estados, a população, a vegetação, entre tantos outros que poderiam ser elencados. Por sua vez, com a existência da lei, temos a possibilidade de trabalhar diferentes temáticas do continente africano. E foi na intenção de colaborar para outra compreensão a respeito da África que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) traduziu para o português, em conjunto com o Governo Federal, a coleção *História Geral da África*, de oito volumes, que abarcam desde a pré-história até o momento atual⁶. Um exemplo das reflexões e propostas do conjunto das obras é a do burkinabé

Ki-Zerbo (1982). Em leitura sistematizada das fontes de informações a respeito desse continente, Ki-Zerbo (1982, p. 25) nos ensina que existem na África três linhas principais que constituem os pilares do conhecimento desse continente, a saber: “os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral”. Essas bases podem subsidiar diferentes discussões no âmbito da Geografia. As três são apoiadas na linguística e na arqueologia via interpretações e abordagens distintas, com representações variadas, não existindo uma hierarquia para sua utilização. Temas que podem ser pensados isolados ou em conjunto e que nos ajudam a entender muitos aspectos relacionados à Geografia desse continente. Por exemplo, o conhecimento dos sistemas de plantação, o conhecimento do território nas disputas territoriais, as causas e consequências das migrações sazonais, os intercâmbios de valores, as trocas de bens materiais e simbólicos. Tais mapeamentos nos ajudam em uma análise da Geografia dos povos africanos, em seu conjunto e em suas diferentes concepções, passando pela discussão da classificação de cunho social, político e econômico. Também podemos priorizar os aspectos físicos, a partir da “arquitetura” do continente africano, o que pode subsidiar diversas discussões: desde os estudos orogênicos, as influências paleoclimáticas, a natureza do continente, as zonalidades e seus mecanismos pluviométricos, aos regimes de rios e demais fatores cósmicos. Ou ainda um conjunto agrícola no berço do território africano que fez parte da origem dos alimentos, como o arroz e outros tubérculos. Por sua vez, tais elementos estão relacionados às particularidades do clima, da hidrografia, do relevo, dos solos, da vegetação e podem estar presentes nos livros escolares. O uso de mapas e demais iconografias é um bom instrumento para esse trabalho, tratando a distribuição da população através dos fluxos migratórios, a natalidade, a mortalidade ou a formação dos estados. Cada um desses temas poderia ser trabalhado com ênfase em conteúdos relacionados com a Geografia escolar no livro didático. Nesse intento, consideramos que existem diversos recortes e ângulos em que este trabalho pode ser feito na abordagem do ensino e da pesquisa em Geografia. Entre estes, pode-se fazer uma abordagem dos meios naturais e das atividades humanas neles desenvolvidas, das organizações políticas e econômicas da África, do intercâmbio entre as diferentes civilizações, da densidade e da mobilidade populacional, dos fatores climáticos e pluvio-

métricos, das redes hidrográficas (lençóis, rios e demais regimes fluviais), das diferentes regiões biogeográficas (paisagens e solo), da utilização dos recursos minerais e vegetais, entre outros. Isso porque existem diferentes temas e discussões, de variada relevância a depender do contexto, no campo da Geografia escolar.

3. Transposição didática e construção de conhecimento

Cabe aqui debater como os temas e discussões tratados na seção anterior podem ser inseridos, trabalhados e problematizados no ensino e na pesquisa da Geografia acadêmica e escolar. Por outro lado, existem outras investigações nas quais esses conteúdos podem se desdobrar. Nesse texto em particular optamos pelo tema do continente africano na Geografia escolar, buscando avançar no debate relativo à implementação da lei, nos questionando conceitualmente como o continente africano foi/pode ser tratado no compêndio escolar. Vejamos o seguinte trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que elenca temas relativos

– aos núbios e aos egípcios, com civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; – às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; – ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; – ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; – à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; – às lutas pela independência política dos países africanos; – às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; – às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; – à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; – à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; – aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora (MEC/SEPPPIR, 2004, p. 22).

Percebe-se que os temas possuem diretrizes, princípios e desdobramentos que podem vir a ser tratados por diferentes disciplinas escolares, o que não nos impede de propor e desenvolver um debate e uma leitura geográfica a seu respeito. No que concerne o fragmento citado do MEC/SEPPPIR (2004, p. 22), podemos fazer diferentes exercícios com a Geografia escolar quando escrevemos a respeito da população, da paisagem, da

escravidão, sobre acordos diplomáticos, de fronteiras, de diásporas e de independências políticas, nos remetendo a uma Geografia de leitura nacional ou pós-colonial. Tal pensamento vai ao encontro de nossa escolha a respeito do conceito de território. Lembramos aqui Callai (2003, p. 12), quando escreve que esse “é o resultado da dinâmica social”. Para tal é preciso que tenhamos claro a necessidade de rigor teórico, metodológico e epistemológico no debate a respeito de cada um dos temas, sempre buscando enriquecer a temática do ensino, que é nosso objetivo central neste trabalho.

Como explanado anteriormente, o campo de pesquisa da África na Geografia acadêmica e escolar é vasto e ainda pouco explorado em seus diferentes vieses. Para o desenvolvimento dessa temática, faz-se necessário um diálogo com as demais áreas do saber. Por exemplo, com a educação e com as demais ciências humanas que podem contribuir com uma vasta bibliografia nessa empreitada. Existem também outros recortes e interpretações teóricas que podem vir a ser desenvolvidos entre levantamentos de trabalhos a respeito do tema, explicações e réplicas para um maior desenvolvimento do desafio aqui proposto.

Com o conjunto de leituras realizadas, podemos afirmar que, antes da lei 10.639/03, o tema da África recebia até então pouca atenção no ensino de Geografia brasileira. Discussões e pesquisas acadêmicas no plano das africanidades⁷ e das relações étnico-raciais no território brasileiro já vêm sendo, no entanto, desenvolvidas por alguns geógrafos, que buscam um alinhamento da discussão em Geografia escolar com as questões étnicas, raciais e demais Geografias, para que venham fazer cumprir a determinação da lei. Caminhando por essa temática, o professor Renato Emerson dos Santos (2007) organizou um livro que busca confrontar as informações geográficas de cunho político e cultural presentes na sociedade brasileira inserida no “sistema-mundo moderno”. Encontramos na obra textos que tratam de proposições no campo do ensino e da pesquisa a respeito da temática afro-brasileira, tais como as reflexões trazidas pelo professor Rafael Sanzio dos Anjos, que desenvolve o mapeamento dos quilombos e demais comunidades negras no Brasil. A obra traz também reflexões sobre como o sistema colonial caminhou para a chamada modernidade. Seu livro nos ajuda a pensar que a Geografia atual do continente africano

nos livros escolares é fruto de um movimento colonial de diferentes momentos produzidos pela Europa. Discussões que passam pela escravidão, pela expropriação de terras, pela colonização e pela anexação territorial racista da África por alguns países europeus. Destacamos também o texto de Frédéric Monié a respeito da África, no qual o autor desenvolve articulações por meio do conceito de sistema-mundo de Wallerstein (1989). Monié discute as relações entre a África Subsaariana e demais partes do globo. Partindo de um debate histórico-geográfico, contextualiza a inserção do continente africano nas rotas de comércio, os reinos da África, as colonizações, os processos de independência, as crises internas, o petróleo e o novo cenário desse continente no mundo (Monié, 2007, p. 175). Em peso e sem deixar dúvidas, as discussões do livro de Santos (2007) vêm ao encontro do documento do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC/SEPPPIR (2004), que implementou a determinação do ensino da África para as áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A Lei 10.639/03 busca incentivar a realização de projetos, a divulgação por diferentes meios e a participação dos africanos e seus descendentes na educação, entre os diferentes temas, em suma: outro olhar sobre o continente africano. Contudo, mesmo que a proposta do ensino de Geografia do continente africano tenha aparecido modestamente na Lei 10.639/03, temos como desafio participar de mais essa empreitada na formação política e educacional do país. Na mesma linha de raciocínio, concordamos com Santos (2007, p. 25) quando este afirma que “isto coloca incisivos desafios para o ensino de Geografia, enquanto aprendizagem”, contribuindo para a formação humana. Sendo assim, assumimos e aceitamos o posicionamento do MEC/SEPPPIR, uma vez que ele se sustenta e serve como arcabouço e subsídio para nossas discussões.

No caso da Geografia escolar, esse tema passa pelo debate da “transposição didática”⁸, sua aplicação em sala de aula, por diálogos e discussões sobre como inserir o tema no manual escolar; temos que estar atentos para uma nova proposta de trabalho no campo da educação abrangendo o debate curricular. Quando falamos em transposição didática, é importante destacarmos que existem diferentes concepções de Geografia escolar. Isso porque tal fato está relacionado com o conhecimento geográfico produzido

nos manuais escolares, nos cursos de formação de professores e na sala de aula pelos próprios professores.

Esse diálogo precisa também passar pela adaptação e pela simplificação do conhecimento acadêmico. Esse modelo de pensamento corresponde a uma forma de entendimento do campo científico, que, por sua vez, faz parte de uma concepção de cada disciplina específica. Para chegar ao campo escolar é preciso que as discussões acadêmicas ganhem peso e consistência teórico-metodológica para que atinjam os diferentes níveis do saber escolar⁹. No que se refere ao tema do continente africano, percebe-se que, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma aproximação geopolítica do Brasil com o continente africano. Tal fato foi registrado por Alencastro (2003):

A viagem que o presidente Lula realiza nesta semana na África reveste-se de grande significado. Muitas visitas presidenciais ao exterior têm sido feitas depois da redemocratização. Alguns países africanos já receberam nossos chefes de Estado. Entretanto, desta vez, o quadro das relações entre a África e o Brasil afigura-se mais favorável. Namíbia, Moçambique e África do Sul consolidam sua posição no continente africano e na política internacional (ALENCASTRO, 2003, p. 63).

A presença e a aproximação do governo brasileiro em relação ao continente africano demonstra o interesse em manter laços políticos, econômicos e comerciais. Exemplo desse fato é a promulgação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino do continente africano e das africanidades nas escolas. A lei quebra as fronteiras e propõe o início de um novo direcionamento no que diz respeito aos colóquios, às publicações e pesquisas sobre o tema. É possível dispor da tradução e da versão on-line da coletânea organizada pela UNESCO, fato que demonstra o interesse do governo brasileiro em aproximar e estreitar os laços com a África. Nesse contexto, lembramos mais uma vez o documento do MEC/SEPPPIR (2004, p. 17):

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

A Lei 10.639/03 propõe que os estabelecimentos de educação básica, infantil, fundamental, de ensino médio, e de jovens e adultos precisam estar munidos de livros e materiais didáticos que tratem desse tema em

específico. Dessa forma, ao assumirmos tal postura, enfatizamos que não pretendemos enveredar por um individualismo/exclusivismo metodológico. Frisamos que é necessário articular o conjunto de autores que discutem a temática com uma matriz metodológica próxima a nossa e que tenham um posicionamento acerca do debate do ensino da África.

A Lei 10.639/03 tem suas raízes no multiculturalismo¹⁰, e sua proposta pedagógica possui como base metodológica “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática” (MEC/SEPPPIR, 2004, p. 31). Junte-se a isso a implementação de diretrizes e debates nos manuais escolares, tema muito discutido entre os especialistas, a respeito da diversidade cultural brasileira. Exemplo dessa prática é a publicação do livro *Multiculturalismo e racismo*, de Jessé Souza, em 1997. Tal publicação é fruto do seminário internacional organizado pelo Departamento da Cidadania do Ministério da Justiça e é composta de artigos de diferentes intelectuais que abarcaram pontos importantes para o debate nacional. Por exemplo, a obra passa pela discussão do racismo, da ilusória “democracia racial”, do Estado de Direito e demais perspectivas e desafios políticos no campo do multiculturalismo. Diante dessa base conceitual, o que nos levou adiante no trabalho foi, e é, a abertura para diversos temas que a lei aborda. Um deles é o tema da África, que se desdobra e retorna a outros não menos ou mais importantes.

Como já debatido por nós anteriormente (FERRACINI, 2010), poucos autores analisaram a presença da África na Geografia acadêmica e escolar. Não por coincidência, a inserção do continente africano na economia-mundo, como registrou Wallerstein (1989, p. 29), ocorre anteriormente a sua retalhação pelos países europeus por meio das violações do tráfico humano, em um processo lento e regular que começou em 1450. A respeito do assunto, temos a polêmica obra de Lacoste (1988), que, já no título, *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, traz um referencial que ajuda na (des)-construção dessa análise. Tais escolhas teóricas e metodológicas são utilizadas para nossa reflexão, pois possuem como ponto de partida para suas análises o livro escolar. Uma escolha nem melhor nem pior do que outros objetos de análise, somente um direcionamento de pesquisa que nos ajudou a responder a nossas indagações. Dessa forma,

acreditamos que o método tem que ser utilizado como instrumento de pensamento, não atuando, porém, como uma camisa de força. Para nós o método é uma orientação.

Ao buscar estudar o tema do continente africano na Geografia escolar e acadêmica, acreditamos que esse objeto de estudo possui sua relevância para a temática brasileira. Um debate que deve ser feito com as demais áreas do conhecimento. Da mesma forma, acreditamos que o intelectual brasileiro, quando consciente de seu papel na sociedade, precisa manter viva a possibilidade de ampliar seus estudos sem recorrer necessariamente aos quadros europeus. Tal área de pesquisa vem se tornando, no território nacional, refinada e definida. Nessa ótica de raciocínio, ficamos aqui com os dizeres de Milton Santos (2002, p. 78):

Enquanto formos apenas simpatizantes do não-alinhamento e não participantes ativos, nossas possibilidades concretas de cooperação politicamente eficaz com a nova África serão mínimas. Esta constrói uma visão coerente de um mundo reformado que supõe um sistema de princípios a nortearem sua ação.

Diríamos que o autor propõe uma possível perspectiva Sul-Sul ou um acordo entre as partes envolvidas. Podemos dizer que o Brasil é referência na possibilidade de se (re)começar a pensar nas relações com a África. Urge a (re)construção de um referencial de estudos relacionado ao continente africano, diferente da visão eurocêntrica que conhecemos, que se baseia em dominação e subordinação dos povos africanos. Isso porque a temática africanista tem se tornado a cada dia mais interdisciplinar, passando por campos como Literatura, História, Sociologia, Geografia, Música, Cinema, Política, Religião, entre outras áreas do conhecimento.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), propostas pelo MEC/SEPPPIR, encontramos a possibilidade de fazermos um debate acerca da África por meio de diferentes recortes e com aprofundamentos diferenciados. Exemplo disso é quando nos deparamos com a Geografia escolar do continente africano, especificamente a egípcia, ou com populações de países como o Congo ou o Mali. Com a diversidade teórica e cultural presentes no documento do MEC/SEPPPIR de 2004, nossa meta é fazer uma leitura destes temas no campo da Geografia escolar, restrita ao material didático, elencando aberturas e novas particularizações que possam vir a interessar a novos pesquisadores. Isso porque acreditamos que o acerto de

contas com o passado nos ajuda na busca de novos debates e na revisão dos paradigmas metodológicos que possibilitam um projeto atual no campo da Geografia escolar e acadêmica.

Em 2004, no campo da Geografia acadêmica, a disciplina Geografia Regional da África passou a ser oferecida de forma regular pelo professor Frédéric Monié, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A criação dessa disciplina, em particular, nos mostra que existe uma disputa de espaço no meio acadêmico, o que significa também poder. Podemos dizer que a presença da disciplina na estrutura curricular do curso de Geografia na UFRJ é influência de uma diretriz educacional, fruto de uma exigência dos movimentos sociais e que chegou desse modo até a universidade, principalmente por se tratar de um curso conceituado e respeitado em todo o território nacional. Sua presença abre portas para a possibilidade de novas discussões desse conteúdo nos meios acadêmicos e escolares, o que nos faz retomar a pergunta feita por Castellar (2010). Indagação que é fruto de um movimento da sociedade, de debates internos no departamento, de interesses contrários e a favor, de apropriação do tema pelos professores do curso. Também nos mostra que o conhecimento acadêmico é cadenciado e envolve movimentos e ordenamentos diferenciados. Em leitura da ata encontramos que seus temas são “África pré-colonial: reinos e impérios do Sahel, os portugueses na África, a difusão do Islã, os territórios da mineração da África Austral, mapeamento das exportações de produtos agrícolas, seu comércio internacional”, entre outros tópicos.

No ano de 2005, o professor Rafael Anjos apresentou outro estudo sobre o território africano, buscando relacionar sua base geográfica e os eventos históricos relativos ao continente. Em sua contextualização temporal, o autor priorizou o conceito de território para tratar do vínculo entre a base geográfica e os eventos históricos que ocorreram no continente africano e como estes repercutem nos livros escolares. Segundo Anjos (2005, p. 175), “a disciplina Geografia da África não existe na estrutura dos cursos e, quando ocorre, está inserida dentro de outra, dessa maneira, há uma precariedade de espaço na universidade para o desenvolvimento de conteúdos geográficos da África”. Concordamos com esse autor, pois a ausência desse debate no campo acadêmico pode enfraquecer o encaminhamento teórico e metodológico que o cerca, favorecendo a criação

de paradigmas inexistentes, com conceituações desatualizadas, erros ou possíveis omissões no diálogo com a Geografia escolar.

4. Concluindo: fortalecendo a discussão na Geografia

Diante das discussões a respeito da presença da África na Geografia acadêmica e escolar, frisamos que é preciso atentar para as propostas e as bases conceituais geográficas elencadas para o continente africano. Isso porque, como já discutido por nós anteriormente, existe uma situação que, segundo nossas análises (FERRACINI, 2010, p. 69-91), foi mantida sem grandes debates e aprofundamentos no livro didático. Dessa forma, desejamos propor uma ruptura com os laços da colonização, de caráter imperialista, relacionado ao período áureo de expansão colonial das grandes potências. Temos um continente que vem passando por transformações e reconstruções. O debate sobre a demarcação das fronteiras esteve ligado à imposição do modelo de nação europeu existente para as terras africanas.

Percebe-se que a comunicação entre a Geografia acadêmica e escolar no que diz respeito ao continente africano está presente em diferentes concepções, por exemplo quando a Geografia aceita trabalhar novas leituras do território brasileiro como estratégia educacional e política. E mais, fazendo um diálogo cada vez maior entre a Geografia e a sociedade brasileira. Dessa forma, muitos caminhos se abrem para essa linha de pesquisa. Ao realizarmos este artigo, estamos buscando fazer um exercício importante no viés geopolítico para novas discussões a respeito dos campos acadêmico e escolar. Acreditamos que cabe à iniciativa de cada disciplina fazer sua discussão e aprofundamento necessário para o tema do ensino do continente africano. Certamente, nos anos posteriores, trataremos da África nos livros, nas salas de aula e nos cursos de formação de professores com outras conceituações e categorizações diferentes daquelas de “rebeldes primitivos”. O tema da África na sociedade atual passa por inúmeras discussões travadas num ambiente no qual já não é aceito os temas da colonização e das guerras com a mesma naturalidade, e também a imagem do africano como povo submisso. É preciso historicizar, contextualizar os acontecimentos territoriais. Essa e demais categorizações estão

relacionadas à organização dos movimentos sociais que lutam para que esse continente seja discutido, difundido e ensinado de forma adequada a sua realidade. Dessa forma, espera-se nos dias de hoje o respeito para com a população e o território africanos. Entretanto, sabemos que essa realidade faz parte de uma batalha cotidiana; não é um privilégio, mas algo a ser construído.

Com a tradução para o português da coletânea da UNESCO em 2010 ampliaram-se os debates nos diversos fóruns, congressos e cursos de capacitação a respeito dessa temática. Em estudo dos volumes podemos observar que são diversos os autores que compõem cada obra, constando africanistas e africanos. Cada pesquisador trata de aspectos específicos, contribuindo com um novo olhar e novas pesquisas concernentes ao tema África. O rico conjunto das iconografias presente em cada obra, como mapas, figuras e tabelas, ajuda na construção de um novo olhar para o continente africano. Seguramente a coletânea História Geral da África muda o foco do debate, diferente daquele da colonização racista europeia presente nas traduções de língua portuguesa. Temas esse que vêm passando por uma maturidade e por revisões que devem chegar às páginas dos manuais escolares no mínimo sem preconceitos. Dessa forma, acredita-se que, possivelmente, as publicações relacionadas ao território e à população do continente africano nos livros escolares serão outras.

Como explanado no decorrer do texto, o campo de pesquisa da África no ensino da Geografia escolar e acadêmica é amplo. Da mesma forma existem outros recortes e interpretações teóricas que podem vir a ser desenvolvidos a partir de levantamentos de trabalhos a respeito do tema, explicações e réplicas para um maior desenvolvimento desse desafio. Sabemos que essa luta é árdua e envolve interesses, jogos de força e negociação política, divergências culturais e econômicas. Nesse aspecto, são de grande importância os estudos sobre a África no Brasil e no mundo, que ganham em relevância graças à organização do movimento negro e demais segmentos sociais. Tal reflexão foi fruto de uma pesquisa maior a respeito do continente africano na Geografia escolar, na qual constatamos a necessidade de novos trabalhos, que não tenham a carga de dominação territorial ligada às políticas de caráter imperialista e racista.

Notas

¹ Parte da pesquisa de doutoramento financiada pelo CNPq, com o título: “A África e suas representações no(s) livro(s) escolares de Geografia no Brasil: de 1890 a 2003”, realizada na Universidade de São Paulo entre 2008-2012.

² Consideramos como “geografia escolar” aquela que passou a ser ensinada de acordo com os manuais escolares no período imperial, em particular o modelo francês. Isso porque, de acordo com Rocha (2010, p. 2), foi da França que se “transplantou” o ideal de educação, o modelo de organização escolar, a forma, bem como os conteúdos e modelos adotados pelas disciplinas. Nessas, a geografia para ser implantada passava por modificações e adaptações históricas, políticas e econômicas relativas ao contexto brasileiro. Com a edição e a publicação dos livros escolares em território nacional os mesmos buscavam se aproximar ao máximo dos exemplares franceses.

³ O Ministério da Educação e Cultura em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPPIR) efetivam a Lei 10. 639/03, que faz parte de um conjunto histórico de legislações que vinham sendo promulgadas no território brasileiro, como os artigos 26 e 26 A da LDB, as Constituições Estaduais da Bahia (art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (art. 306), de Alagoas (art. 253), assim como as leis orgânicas, tais como a de Recife (art. 138), de Belo Horizonte (art. 182, VI), a do Rio de Janeiro (art. 321, VIII). Também cabe lembrar leis ordinárias, como a Lei Municipal 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém; a Lei Municipal 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju; e a Lei Municipal 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo (MEC/SEPPPIR, 2004, p. 9).

⁴ A respeito da terminologia, o burkinabé Ki-Zerbo (1982, p. 21) registra: “A palavra ÁFRICA possui até o presente momento uma origem difícil de elucidar. Foi imposta pelos romanos (...) teria vindo do nome de um povo (berbere) situado ao sul de Cartago: os Afrig (...) seria derivada do latim aprica (ensolarado) ou do grego apriké (isento do frio). Outra origem poderia ser a raiz fenícia faraga, que exprime a ideia de separação de diáspora. Enfatizemos que essa mesma raiz é encontrada em certas línguas africanas (bambara)”.

⁵ Existem inúmeros trabalhos de intelectuais brasileiros e estrangeiros que problematizam e debatem as diversas relações África-Brasil, um tema de grande profundidade nas ciências humanas. Para tanto, a fim de não nos estender, lembraremos alguns nomes que trataram do assunto: José Honório Rodrigues (1961), Fernando Mourão (1993), Alberto Costa e Silva (1994, 1996 e 2003), Kabengele Munanga (1993), Carlos Serrano (1988) e Eli Alvez Penha (1998), entre outros.

⁶ Na década de 1980, tais obras estavam publicadas em inglês, francês e árabe, assim como havia traduções para o alemão, russo e chinês. Contava-se ainda com traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala.

⁷ Esse conceito encontra-se explicado e fundamentado na obra de Roger Bastide (1958), sociólogo francês que buscou a compreensão do universo em suas variadas perspectivas e o entendimento epistemológico do negro recriado no Brasil. No decorrer de sua vida aprofundou a compreensão sobre o uso dessa matriz teórica no entendimento das manifestações negras no território brasileiro.

⁸ A expressão “transposição didática” foi introduzida por Yves Chevallard (1985), especialista em didática da matemática. Sua proposta possibilita explicar e estabelecer relação entre saber erudito ou científico com o construído, ou seja, o diálogo ente o saber acadêmico e o saber escolar. Essa expressão serviu de base para o entendimento e o desenvolvimento de nossas pesquisas.

⁹ Sobre essa temática de geografia, Castellar (1986, p. 52) escreve: “a importância dessa discussão para o ensino de geografia está nos resultados que poderemos obter se repensarmos como e o que ensinamos”.

¹⁰ Existem diferentes estudiosos do multiculturalismo. Segundo Hall (2003, p. 52), o termo “descreve as características sociais, e os problemas de governabilidade apresentados em qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade ‘original’”.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Nossa dívida com Angola. **Veja**, n. 1827, 05 de novembro de 2003, p. 63.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **O Brasil e a África**. São Paulo, Contexto, 1989. 80 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada. **Revista Humanidades**, Brasília, v. 22, n. 6, p. 12-32, 1989.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os negros brasileiros. In: Kabengele Munanga (Org.). **Superando o racismo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé na Bahia: rito Nagô** (Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz). 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1958. 370 p.
- CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2003. 80 p.
- CARVALHO, Delgado. **África. Geografia Social, Econômica e Política**. Rio de Janeiro: CNG, 1963. 223 p.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Ensino de Geografia. **Cadernos Cedex**, Campinas, n. 39, p. 88-96, 1986.
- _____. **Didática da Geografia (escolar):** possibilidades para o ensino e a aprendizagem no ensino fundamental. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Educação/USP, 2010. 250 p.
- CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique - du savoir savant au savoir enseigné**. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1985. 126 p.
- FERRACINI, Rosemberg. A África nos livros didáticos de geografia de 1890 a 2003. **Revista Geografia e Pesquisa Unesp**, Ourinhos, v. 4, n. 2, p. 69-92, 2010.
- _____. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolares de Geografia no Brasil: de 1890 a 2003**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2012. 229 p.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais** (Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Vol. I. Trad. Beatriz Turquetti et al. Revisão técnica de Fernando A. Albuquerque Mourão. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982. p. 21-42.

LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988. 263 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

MONIÉ, Frédéric. A inserção da África Subsaariana no “Sistema-Mundo”: permanências e rupturas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 175-199.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. África: fatores internos e externos da crise. **Revista da USP**, São Paulo, v. 18, p. 60-69, 1993.

MUNANGA, Kabengele. África: trinta anos de processo de independência. **Revista da USP**, São Paulo, v. 18, p. 102-111, 1993.

OLIVA, Anderson Ribeiro Oliva. **Lições sobre a África**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de Brasília, UNB, 2007. 367 p.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Tese de Doutorado, PPGG/UFRJ, 1998. 280 p.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**, 2010. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Desempenprofesional/824.pdf>, Acesso em 11/03/2012.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. (1) e (2), 1961.

SANTOS, Milton. Uma terra tratada a ferro e cobiça. In: **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Organização, apresentação, notas de Wagner da Costa Ribeiro; ensaio Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002. 221 p.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 203 p.

SERRANO, Carlos. **Angola, nasce uma nação**: um estudo sobre a construção da identidade nacional. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1988. 376 p.

SILVA, Alberto Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século. XIX. **Estudos Avançados**, n. 8 (21), p. 21-42, 1994.

_____. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Edusp, 1996. 943 p.

_____. Os estudos de História da África e sua importância para o Brasil. In: **A dimensão atlântica da África**. II Reunião Internacional de História da África. Rio de Janeiro: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1996. p. 13-20.

_____. **Um rio chamado Atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 287 p.

SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e Racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997. 275 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. "A África e a economia-mundo". In. J. F. Ade Ajayi. (Org.). **História Geral da África VI**: África do século XIX à década de 1880. São Paulo: Ática; UNESCO, 1989. p. 27-46.

Recebido em: 26/03/2012

Aceito em: 27/06/2012